

**GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO DE JOVENS EM MATERIAIS  
DIDÁTICOS BRASILEIROS**

**GÉNERO, SEXUALIDAD Y EDUCACIÓN DE LOS JÓVENES EN MATERIALES  
DIDÁCTICOS AUDIOVISUALES BRASILEÑOS**

**GENDER, SEXUALITY AND YOUTH EDUCATION IN BRAZILIAN AUDIOVISUAL  
TEACHING MATERIALS**

Taluana Laiz Martins TORRES<sup>1</sup>

**RESUMO:** O estudo indaga como se traduzem os conceitos de gênero e sexualidade em projetos de educação direcionados aos jovens. Dois vídeos formaram o corpus documental da investigação: Minha vida de João e Era uma vez outra Maria, ambos produzidos por Organizações Não Governamentais. Realizamos trabalhos de descrição dos vídeos, análise de conteúdo, assim como das imagens, acompanhados de entrevistas com seus produtores. Os resultados revelaram que os materiais podem ser considerados como dispositivos de biopolítica, pois estabelecem um currículo “politicamente correto”, apresentando uma forma ideal de viver a sexualidade na juventude. Concluímos que os vídeos são prescritivos e restringem uma reflexão mais profunda acerca do tema, limitando possibilidades de mudança ou ruptura em relação aos modelos mais tradicionais de gênero e sexualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Educação sexual. Jovem. Materiais didáticos.

**RESUMEN:** El estudio indaga cómo se traducen los conceptos de género y sexualidad en proyectos de educación orientados a la juventud. Dos vídeos han formado el corpus documental de la investigación: *Minha vida de João* y *Era uma vez outra Maria*, ambos producidos por Organizaciones No Gubernamentales. Realizamos trabajos de descripción de video, análisis de contenido, así como de imágenes, acompañados de entrevistas con sus productores. Los resultados desvelaron que los materiales actúan como un dispositivo de la biopolítica, puesto que establecen un currículo "políticamente correcto", presentando una forma ideal de vivir la sexualidad en la juventud. Concluimos que los vídeos son prescriptivos y restringen una reflexión más profunda sobre el tema, limitando las posibilidades de cambio o ruptura en relación con los modelos más tradicionales de género y sexualidad.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Educación sexual. Joven. Materiales didáticos.

**ABSTRACT:** The study inquires how the concepts of gender and sexuality are translated into education projects aimed at young people. Two videos formed the documentary corpus of the investigation: *Minha vida de João* and *Era uma vez outra Maria*, both produced by Non-Governmental Organizations. We carried out works of video description, content analysis –as

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP – Brasil. Professora colaboradora. Pós-Doutoranda da Faculdade de Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8427-1216>. E-mail: [taluana@hotmail.com](mailto:taluana@hotmail.com)

*well as images–, and interviews with their producers. The results revealed that the materials act as a biopolitical device, since they establish a "politically correct" curriculum, presenting an ideal way of living sexuality in youth. We concluded that the videos are prescriptive and restrict a deeper reflection, limiting possibilities of change or rupture in relation to more traditional models of gender and sexuality.*

**KEYWORDS:** *Education. Sexuality education. Youth. Teaching materials.*

## **Introdução**

No Brasil, as discussões a respeito da sexualidade dos jovens inicialmente foram formuladas e concentradas na área da saúde. Essa temática adentra a educação a partir de políticas públicas voltadas à educação sexual e, mais tarde, amplifica-se com o avanço das propostas de direitos humanos. No ano de 1997, a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental constituiu-se como um importante marco para tais políticas.

Vianna (2010) salienta que um dos avanços do documento foi incluir a discussão de gênero nas referências para formação de professores/as, pois: “apesar das críticas, os PCNs inovaram ao introduzir a perspectiva de gênero como uma dimensão importante da constituição da identidade de crianças e de jovens e de organização das relações sociais” (VIANNA, 2011, p. 181).

É necessário esclarecer que o conceito de gênero se entende como “um dos elementos constitutivos das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 2002, p. 14), que se utiliza como uma categoria de análise dos processos sociais, considerando sobretudo como as relações de poder estão presentes dentro dessas relações, construindo identidades de gênero que não são fixas, porque variam de acordo com sua intersecção com outros marcadores como raça, geração, religião, classe social etc.

Assim, com a publicação do tema transversal intitulado Orientação sexual, um dos dez temas que formam parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os órgãos públicos federais lançaram diversos editais com o objetivo de promover projetos de formação continuada de professores e professoras.

Tanto Universidades como Organizações Não-Governamentais (ONGs) começaram a desenvolver trabalhos de capacitação docente sobre as temáticas de sexualidade e gênero, produzindo materiais didáticos para apoiar suas ações. Diversas ONGs se tornaram referência na elaboração de recursos educativos sobre sexualidade, de modo que suas produções foram

adotadas por redes de educação pública e também indicadas pelo Ministério da Educação e da Saúde para o trabalho com jovens.

As aprendizagens desta iniciativa de formação para trabalhar sobre gênero e sexualidade foram cada vez mais usadas por docentes nas escolas. Porém, houve resistência de alguns grupos religiosos e conservadores, que ganharam espaço na sociedade brasileira e na América Latina, em geral. Esses grupos pressionaram o governo e elaboraram propostas políticas com vistas a evitar a aplicação prática desses trabalhos (LAGO *et al.*, 2019).

Atualmente, as Universidades e as escolas públicas brasileiras vivem uma situação de repressão e censura do trabalho dos professores e professoras e do currículo escolar. Os grupos autodenominados “defensores da família” se organizam para restringir qualquer possibilidade de discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas (BRAGA; CAETANO; RIBEIRO, 2018).

Nesse contexto, a crescente força dos grupos religiosos, especialmente os pentecostais, que ocupam cada vez mais cadeiras nas câmaras legislativas, estão influenciando e redefinindo políticas públicas de acordo com suas agendas religiosas (RIBEIRO; MONTEIRO, 2019). Ademais, vão contra os princípios da laicidade do Estado e provocam discussões sobre as consequências desta participação e seus reflexos sobre a política de expansão dos direitos humanos.

O Brasil é um país onde a discriminação por gênero e orientação sexual provoca altas taxas de assassinatos por homofobia (GRUPO GAY DA BAHIA, 2017) e violência contra a mulher. Por isso, a eliminação de toda e qualquer menção da palavra gênero no Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum Curricular – documentos oficiais que orientam a educação brasileira – foi outro retrocesso das políticas educativas (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Apesar disso, também foram produzidas estratégias de resistência e mudança. É urgente uma (re)construção de espaços de reflexão e participação para dar continuidade a um projeto educativo e social em que se garantam os direitos relacionados com a equidade de classe, gênero, sexualidade e raça. Como parte desse processo, o coletivo educativo continua realizando pesquisas, aplicando seus resultados e publicando estudos que fomentam ações democráticas sobre gênero e sexualidade nas escolas. Assim, os resultados da investigação que aqui se apresentam são vigentes no contexto atual. Destacamos, nesse sentido, o que salienta Brown (2011): nos último vinte anos houve uma multiplicação e expansão de discursos sobre os direitos sexuais, reprodutivos e de gênero. Entretanto, entendemos que o nó central não está nos discursos e sim em como comunicá-los para promover a apropriação

subjetiva desses direitos, especialmente entre grupos mais vulneráveis. A educação é, sem dúvidas, um dos espaços de discussão e formação nos quais se faz possível a apropriação e ressignificação do conhecimento teórico sobre gênero e sexualidade.

Nesse contexto, as produções didáticas audiovisuais sobre o tema de sexualidade e gênero, produzidas por ONGs, configuram-se como um artefato pedagógico-visual relevante a ser estudado, sendo um material importante de apoio para docentes brasileiros que trabalham com jovens. Assim, esse artigo que tem origem em uma tese de doutorado analisa como foram abordados os conceitos de sexualidade e gênero em dois dos quatro vídeos que formaram parte da pesquisa. *Minha vida de João*<sup>2</sup> e *Era uma vez outra Maria*<sup>3</sup> serão os dois audiovisuais analisados no presente artigo, ambos produzidos pela ONG brasileira ECOS – Comunicação em Sexualidade, em colaboração com instituições de outros países. A ECOS possui experiência relevante no desenvolvimento de projetos educativos referentes aos temas de gênero e sexualidade de jovens.

Portanto, a pergunta que fazemos é: como se traduzem os conceitos de gênero e sexualidade nos projetos educativos voltados aos jovens? Uma hipótese possível é que, apesar dos discursos sobre direitos se anunciarem como orientadores de projetos sobre sexualidade, na prática as narrativas continuam sendo guiadas segundo a noção de desvio da sexualidade juvenil e subordinada a práticas de regulação e controle.

Para examinar essa hipótese analisamos os materiais didáticos que foram produzidos pela Organização Não-Governamental ECOS. Foram analisadas as formas que esses suportes didáticos elaboraram, traduziram e dirigiram os discursos sobre sexualidade e gênero aos jovens.

## Método

A pesquisa, de natureza qualitativa, tem por finalidade compreender a realidade social mediante a análise de dados aprofundada. Segundo Esteban (2010), entre as diversas características que identificam a investigação qualitativa, é fundamental seu caráter interpretativo e reflexivo, que permite dar uma atenção especial à “[...] forma em que os diferentes elementos linguísticos, sociais, culturais, políticos e teóricos influenciam conjuntamente no processo de desenvolvimento do conhecimento (interpretação), na linguagem e na narrativa” (ESTEBAN, 2010, p. 130).

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gMatcineJi8>. Acesso em: 10 jan. 2022.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mtQvIgWyjqA>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Assim, a perspectiva sócio-histórica e cultural de Bakhtin (1990) e seus conceitos de dialogismo, intertextualidade e interdiscursividade ofereceram o marco teórico para a análise de: 1) enunciados visuais e narrativas textuais dos vídeos; 2) suporte técnico e recursos utilizados e 3) entrevistas com autores responsáveis pela elaboração dos vídeos. Em síntese, se tratou de analisar os audiovisuais e seus respectivos manuais<sup>4</sup> para identificar as propostas educativas e o tipo de juventude que se pretende educar.

Para Bakhtin (1990), os pontos em que os discursos se cruzam e se interpenetram podem ser entendidos como os centros organizadores dos enunciados, os quais devem ser remetidos ao meio social. Esse processo de construção e apropriação de significados presentes em cada realidade sócio-histórica particular comporta variadas dimensões, entre elas destacam-se as relações de saber e poder que ocorrem em termos de disputas pela construção de significados considerados legítimos entre diferentes grupos e instituições.

Para realização das análises procedemos à transcrição dos dois vídeos selecionados. De acordo com Rose (2008, p. 348), “[...] o propósito da transcrição é gerar um conjunto de dados que se prestem a uma análise e codificação cuidadosos”. Para tanto, a descrição realizada centrou-se nas formas como as temáticas de gênero e sexualidade apareceram nos materiais. Além das transcrições, também foram registrados os silêncios, as pausas, o uso da música, os sons, os efeitos sonoros e os significados desses elementos. Foi dada especial atenção aos aspectos visuais das personagens, às roupas, cores utilizadas, entre outros.

As análises dos audiovisuais foram orientadas pelo enfoque dos Estudos da Cultura Visual, compreendendo a “[...] imagem visual como ponto central nos processos e através do qual os significados são produzidos em contextos culturais” (HERNÁNDEZ, 2009, p. 21). Partimos do entendimento das imagens e outras representações visuais como portadoras e mediadoras de posições discursivas que contribuem para pensar o mundo e a nos pensar como sujeitos.

Pretendeu-se, nas análises, verificar as relações entre os ditos e não ditos, colocando em relação as imagens dos vídeos entre si, bem como com outras que formam parte da cultura, com o objetivo de compor uma narrativa visual que produza outros significados e entendimentos acerca dos marcadores de gênero e sexualidade dos jovens. Mieke Ball (2004) explica que a análise crítica do visual consiste em criar maneiras de estabelecer relações entre imagens, construindo significados. Nesse sentido, a autora salienta que a indagação de como

---

<sup>4</sup> Vale ressaltar que o foco da análise são os audiovisuais didáticos, entretanto, os manuais (materiais que acompanham os vídeos, com orientações didáticas para docentes) foram utilizados para identificar as referências que os produtores das ONGs fazem às propostas pedagógicas adotadas, complementando as análises.

essas imagens reverberam permite o estabelecimento de relações acerca do saber e poder presentes em determinados contextos.

Para o aperfeiçoamento das análises realizamos entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pela elaboração dos vídeos selecionados, com objetivo de compreender: a) os propósitos, interesses e necessidades que justificaram sua elaboração; b) o trabalho que implicou a sua produção e c) os caminhos utilizados para colocá-los em circulação.

As entrevistas com os fundadores/coordenadores da ONG brasileira foram realizadas em setembro de 2012, na cidade de São Paulo (Brasil), e duraram aproximadamente uma hora e meia. A técnica da entrevista semiestruturada consiste na aplicação de perguntas abertas, que seguem um esquema preestabelecido, mas que estão sujeitas a adaptações de acordo com os rumos da entrevista.

Para tanto, foi adotado o método de triangulação de dados de Minayo (1999), a partir da análise de três fontes diferentes: materiais audiovisuais, manuais (que acompanham os vídeos) e entrevistas com os responsáveis pela produção audiovisual.

Desse modo, foram selecionadas partes dos vídeos que estavam diretamente relacionadas aos temas de interesse da pesquisa para tomá-las como emblemáticas para problematização dos conteúdos trabalhados e com vistas a verificar as argumentações desenvolvidas.

## Resultados

Sendo a educação um dos espaços privilegiados – conquanto não o único – na formação dos jovens, no que diz respeito aos seus direitos, questionamos que tipo de formação está sendo oferecida a esses sujeitos, quanto aos temas da sexualidade e gênero. Como já foi dito, partimos da análise de dois suportes didáticos audiovisuais nos quais as narrativas envolvem a sexualidade juvenil e as relações de gênero.

O vídeo *Minha vida de João* foi produzido em 2006 e possui 23 minutos de duração. A narrativa apresentada tem como foco a questão da masculinidade e das relações de gênero, além dos conflitos de João para exercer papéis que lhes são exigidos. A descoberta da gravidez e o tema da paternidade estão presentes no decorrer da animação. Trata-se de uma história linear, que se inicia com João ainda bebê e a construção de sua masculinidade por meio de situações vividas da infância até a juventude, quando tem que lidar com a questão da gravidez.

O segundo vídeo, *Era uma vez outra Maria*, de 2008, tem duração aproximada de 20 minutos. Este vídeo explica a história de Maria, a garota que aparece no primeiro vídeo como namorada de João.

A fundação MacArthur, Ford Foundation, Nike Foundation, OAK Foundation, John Snow Brasil e Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, do governo federal brasileiro, colaboraram com apoio técnico e financeiro para a elaboração da animação.

A narrativa de *Era uma vez outra Maria* não é linear, de modo que a história, em alguns momentos, avança ou retrocede, pois apesar do foco ser o presente, ele é intercalado com cenas do passado e futuro da jovem.

Ambos são vídeos de animação e, embora possam ser trabalhados separadamente, são complementares. É possível afirmar que eles se completam, pois as problemáticas centrais dos enredos são as relações de gênero e uma gravidez não planejada vivida pelo casal de jovens, João e Maria. Dessa maneira, as questões da paternidade e maternidade são contadas a partir da perspectiva dos dois personagens: em *Minha vida de João*, a narrativa é organizada sob a ótica do garoto, enquanto *Era uma vez outra Maria*, a mesma trama é construída a partir da perspectiva da garota. Conforme uma das produtoras, os audiovisuais são voltados para educadores/as, professores/as e profissionais de saúde, assim como para serem utilizados por esses como ferramenta pedagógica para o trabalho com os estudantes. Isso implica considerar que os jovens também são destinatários de tais vídeos, que devem ser mediados pelos/as educadores/as. De acordo com os depoimentos colhidos em entrevistas, a opção por utilizar a animação surgiu da necessidade de produzir um vídeo sem marcas regionais e que não utilizasse falas, apenas imagens e sons, já que duas instituições que participaram da produção, a *Salud y Género* (México) e a *World Education* (Estados Unidos), eram estrangeiras. Os vídeos, portanto, deveriam adotar uma linguagem que fosse mais abrangente, a ser compreendida em países de língua portuguesa, inglesa e espanhola.

Visto que a animação utiliza uma linguagem não verbal, as expressões dos personagens, os efeitos sonoros e imagens são os principais elementos que permitem compreender o enredo apresentado. As falas são substituídas por ruídos e balões de pensamento com imagens e símbolos que denotam o significado do que está sendo conversado ou pensado. Ressaltamos que a utilização de balões de fala e pensamentos são recursos amplamente utilizados nas histórias em quadrinhos. Em entrevista, uma das produtoras destaca o interesse do público jovem por desenhos animados, de forma que os vídeos foram bem aceitos, circulando inclusive em países africanos de língua portuguesa, como Moçambique e Angola.

A música é um recurso utilizado para que os personagens informem seus sentimentos, crises, desejos, decisões, além indicar o clima de determinadas cenas: suspense, tensão, confusão, felicidade, satisfação etc. As ideias de juventude, gênero e sexualidade que traduzem são verificadas com base na análise dos cenários sociais e culturais apresentados nos vídeos e com atenção para a oposição entre as práticas explícitas ou implícitas, recomendadas ou criticadas, destacadas ou omitidas.

### **Gênero, sexualidade e juventude**

No interior dos audiovisuais didáticos analisados existe uma tensão que envolve modelos de representação da juventude, pois, embora possamos observar uma tentativa de retratar a diversidade de modelos culturais e formas de ser jovem, quando lançamos um olhar mais atento aos protagonistas das histórias, constatamos uma padronização tanto nos modelos de beleza elegidos como nos aspectos ligados à constituição física, classe social, raça e arranjos familiares nos quais os jovens estão inseridos. Tais representações tendem a uma uniformização do que é ser jovem, na sociedade brasileira, ainda que existam estratégias capazes de romper com esses padrões construídos.

Com relação ao aspecto da socialização e práticas culturais, é interessante notar como marcadores de gênero estão presentes nas representações dos grupos juvenis, contidas nos audiovisuais. Exclusivamente, os meninos têm amigos homens e as meninas, amigas mulheres. Em *Minha vida de João*, os amigos do protagonista são mostrados como violentos e agressivos e se reúnem nas ruas e bares. Em contraposição, João é sensível, romântico e sonhador. No vídeo *Era uma vez outra Maria*, as amigas das protagonistas são companheiras e confidentes e circulam pelos espaços da escola, festas, atividades esportivas e no interior da família. Um dos poucos espaços onde existe maior interação entre meninos e meninas são as festas, local utilizado para encontros amorosos. Ainda que representações mais tradicionais sobre convenções de gênero orientem boa parte das práticas dos grupos juvenis (meninas são representadas como mais afetuosas e meninos como mais agressivos), quando os jovens são mostrados em suas particularidades, há um investimento no sentido de romper e contestar essas representações mais convencionais. Os protagonistas dos vídeos *Minha vida de João* e *Era uma vez outra Maria*, em certa medida, rompem com os significados atribuídos ao que é ser homem e mulher, revelando como as identidades de gênero são maleáveis e variam de acordo com o contexto histórico, social e relacional.

Louro (1999) ressalta a necessidade de problematizar não apenas a oposição, que leva a pensamentos binários acerca do gênero, assim como a unidade interna de cada um desses polos, revelando como eles são fragmentados, divididos, e evidenciando a pluralidade de formas de ser mulher e de ser homem em nossa sociedade.

Em *Minha vida de João*, a identidade do protagonista é construída na inter-relação com os modelos de masculinidade de seus amigos e de seu pai (além de outros modelos com que João se depara na rua), e que são ancorados na violência, na beleza, no poder, liderança e riqueza. Apesar disso, João demonstra ser sensível e romântico, preocupando-se com o bem-estar dos que estão a sua volta, contudo, seus pares zelam pela manutenção da masculinidade hegemônica do protagonista, exercendo pressão para que ele se “enquadre” na norma valorizada pelo grupo, ou seja, a aprendizagem de gênero é atribuída e reforçada pelos amigos. João também imita comportamentos violentos e agressivos que aprende com o pai e com seus amigos, embora demonstre arrependimento nas cenas em que age dessa maneira. Nesse caso, a intenção de mostrar que a agressividade é aprendida durante a socialização do jovem desde a infância é uma forma de visibilizar o quanto esse comportamento foi alimentado e estimulado socialmente. Na tentativa de não ser ridicularizado pelos colegas, João se adequa temporariamente a esses papéis violentos quando está com o grupo, mas nos momentos em que é retratado sozinho, ele adota atitudes de cuidado e afeto.

Em *Era uma vez outra Maria*, a protagonista também resiste aos papéis que lhe são atribuídos, mas, nesse caso, quem exerce maior pressão sobre a garota é sua família, especialmente a mãe e a irmã, as quais cobram de Maria sua participação nos serviços domésticos, além de outros comportamentos de acordo com modelos de feminilidade valorizados na sociedade brasileira, como sentar-se com as pernas fechadas, brincar de boneca, entre outros. Alguns comportamentos e preferências de Maria rompem, em certa medida, com aqueles considerados mais aceitos em nossa sociedade, visto que ela gosta de jogar futebol e prefere brincadeiras mais ativas, que envolvem corrida e jogos com bola; entretanto, essas atitudes são sempre tolhidas por um lápis (que representa a norma) ou por sua mãe. Já as características psicológicas da garota se adequam aos atributos de uma feminilidade valorizada socialmente: ela é romântica e vaidosa. Se, por um lado, a personagem de Maria é constituída através de um modelo de feminilidade mais valorizado socialmente, rompendo, apenas em alguns momentos, com esse padrão, João evidencia, mais fortemente, um tipo de identidade heterossexual não dominante, tendo em vista que suas atitudes e comportamentos rompem com os modelos mais tradicionais, atribuídos aos homens, em nossa sociedade, demonstrando inter-relações em que o masculino contém

elementos do feminino e vice-versa (POLICARPO, 2016). No campo dos relacionamentos afetivos e sexuais, esses personagens não empregam uma atitude de cuidado de si e do outro, sendo retratados como sexualmente vulneráveis, de modo que uma gravidez não planejada acontece.

Em *Era uma vez outra Maria*, há o questionamento, por parte da protagonista, da divisão desigual do trabalho em sua própria casa; entretanto, quando as atribuições referentes à maternidade e à paternidade são retratadas, há uma clara sobrecarga da mãe nos cuidados com o filho. No desfecho da história, é interessante notar que, de forma implícita, todos os questionamentos de Maria em torno das desigualdades com relação ao trabalho doméstico, vividas em sua casa, são postas de lado, tendo em vista que, na cena final, quando João busca o filho para passear, é possível perceber que o garoto está com uma bola, ou seja, um brinquedo associado como exclusivo de meninos.

Desse modo, caberia o questionamento do porquê das reivindicações de Maria, diante dessas desigualdades, não se traduzem em uma educação diferente para seu filho, posto que a criança aparece sendo subjetivada, novamente, para reproduzir os padrões hegemônicos de masculinidade. Nesse sentido, a ideia é a de que o círculo vicioso não é e nem será interrompido, de modo que não se visibilizam potencialidades de mudança nesse esquema rígido. Em contrapartida, embora o modelo de paternidade retratado pelo audiovisual reproduza as desigualdades com relação aos cuidados dos filhos, nos manuais comparecem discussões acerca da importância de os homens se envolverem nesses cuidados.

No manual *Trabalhando com homens jovens*, que acompanha o vídeo, há um módulo intitulado “Paternidade e cuidado”, que apresenta “discussões em torno da questão da participação dos homens no contexto do cuidado, tendo como foco principal os processos de socialização para a masculinidade, a partir do enfoque de gênero” (ALIANÇA H, 2009, p. 86). É evidente a tensão existente entre o vídeo *Minha vida de João* e seu respectivo manual. Uma explicação plausível para essa distância é a data de produção dos materiais, pois o vídeo é de 2006, enquanto o manual é de 2009, ou seja, os materiais didáticos não foram elaborados articuladamente.

No Brasil, esse esquema desigual, que diz respeito à questão da parentalidade, também é traduzido nas políticas públicas, pois o direito à licença de trabalho, quando o filho nasce, é concedido às mães (120 ou 180 dias), sendo que o direito à licença paternidade se restringe a cinco dias. Juridicamente, paternidade e maternidade são tratadas de formas distintas. Assim, Vianna e Lacerda (2004, p. 116) assinalam que um dilema apontado, em distintas áreas na discussão dos direitos sexuais e reprodutivos, é a “relativa invisibilidade dos homens”; apesar

do maior interesse nos estudos de masculinidades, evidenciados em seminários e publicações no país, isso não tem se traduzido em formulações políticas específicas.

Nesse sentido, Correa e Petchesky (1996) ressaltam as relações de poder que operam nas fronteiras de gênero e dizem respeito a normas culturais que produzem desigualdades sociais no âmbito da sexualidade e da reprodução, de modo que “essa desigualdade de poder inclui os sistemas sociais que não fornecem incentivos econômicos ou educacionais para que os homens se envolvam na criação dos filhos” (CORREA; PETCHESKY, 1996, p. 166). Portanto, podemos inferir que essas desigualdades em torno da maternidade e paternidade são retratadas de forma naturalizada nos audiovisuais didáticos e não são questionadas, problematizadas ou tensionadas. Mais ainda, a opção por apresentar outros tipos de vivência da maternidade e paternidade não seria uma forma de potencializar a discussão a respeito de direitos e deveres em torno desses temas? Dessa maneira, os vídeos pouco apontam para uma perspectiva de mudança acerca de maior igualdade de direitos e deveres, pois acabam reforçando a ideia de que, enquanto os elementos que envolvem a reprodução forem compreendidos e retratados como de responsabilidade das mulheres, as possibilidades de transformação serão limitadas e parciais. Ávila (2003) resalta a necessidade de alterar o modelo hegemônico da reprodução e “[...] buscar uma sociabilidade na qual o sentido da paternidade e o da maternidade sejam completamente transformados, levando a uma divisão sexual igualitária do trabalho no âmbito doméstico e em particular nas tarefas de cuidar das crianças” (ÁVILA, 2003, p.467).

### **Considerações finais**

Concluimos que a hipótese formulada no estudo foi confirmada, tendo em vista que, segundo os conteúdos dos vídeos, as formas de viver a sexualidade nessa etapa da vida são bastante prescritivas, já que os jovens são retratados, nos audiovisuais, como dependentes e irresponsáveis, uma perspectiva que restringe as potencialidades de mudanças ou rupturas com relação aos modelos mais tradicionais de gênero e sexualidade, revelando os limites impostos na produção de novos saberes e restringindo uma reflexão mais aprofundada sobre a sexualidade deste grupo.

Podemos inferir que tais materiais atuam como um dispositivo de biopolítica, na medida em que estabelecem um currículo “politicamente correto”, apresentando uma forma ideal de viver a sexualidade na juventude, através de seu antimodelo: há um investimento em realçar o que não deve ser feito e as consequências negativas do desrespeito às normas desse modelo

ideal, o que supõe o que seria o “bem viver” para essa geração. Todavia, a repetição desses modelos que se apresentam como “bons para todos” acaba por restringir a liberdade de escolha individual, enclausurando as possibilidades de vivência de uma sexualidade autônoma e reflexiva pelos jovens (HELLER; FEHER, 1995).

De acordo com os autores, o discurso biopolítico substitui a pluralidade pela identidade, a opinião pela “verdade”, demarcando a existência de uma única perspectiva “politicamente correta”, que visa à coesão e à unidade do grupo, supondo que todos os jovens podem ser orientados da mesma maneira, pois têm os mesmos comportamentos, tipos de relacionamentos, família, sentimentos, desejos. Essa tentativa de homogeneização do grupo está, para Heller e Feher (1995), “sobrecarregada ideologicamente”, porque suprime as diferenças dentro do próprio grupo.

Se partimos do entendimento de que a educação é um dos espaços capazes de questionar representações, é possível indagar o porquê de tais audiovisuais perderem a oportunidade de gerar relatos alternativos que possibilitem expandir o sentido e os significados referentes ao gênero e à cultura juvenil em nossa sociedade.

Sorj (2009) argumenta que esses papéis sociais cristalizados pouco são questionados, uma vez que existem interesses em sua manutenção. Concordamos com a pesquisadora na medida em que existem interesses muito claros na manutenção desses lugares consagrados, entretanto é evidente que as profundas transformações produzidas nas relações de gênero e sexualidade estão provocando diversas mudanças sociais. Visibilizar essas transformações é uma questão política que merece ser explorada para que tanto homens como mulheres percebam que a maior democratização nesses espaços abre potencialidades novas para ambos.

Dessa maneira, os valores como a justiça, responsabilidade e respeito mútuo seriam um dos motores para a implicação dos homens com essas mudanças (BONINO, 2011). Assim, como Trafi-Prates (2014) salienta, contar histórias também pode significar ‘mudar a conversação’, ou seja, colocar em circulação outras narrativas sobre formas de conhecer que valem a pena porque reativam e ampliam a esfera pública e/ou privada.

Como podemos observar, os audiovisuais que são utilizados para educar jovens e formar professores/as limitam-se a reproduzir papéis sociais já consagrados em torno dos cuidados com os filhos e dos serviços domésticos, que mostram um tipo de organização social bastante demarcada e que, no limite, parece estreitar a construção de espaços de resistência ou qualquer tentativa de democratização das relações que envolvem homens e mulheres nos espaços privados.

Sem dúvidas é necessário valorizar o interesse dessas ONGs em promover o debate sobre a sexualidade e gênero na educação formal. É fundamental capacitar educadores/as para que trabalhem com esses audiovisuais a fim de que possam fomentar debates que questionem esses estereótipos e modelos presentes nas narrativas.

Assim, uma educação sexual orientada pelos preceitos dos direitos humanos que se baseia no exame de questões e temas da sexualidade e gênero para problematizá-los, tensioná-los, questioná-los, no sentido de gerar debates e troca de ideias, colocando em circulação os diversos posicionamentos sobre eles, suas potencialidades e seus limites, poderá ser um caminho profícuo para que cada sujeito possa refletir e analisar sua própria realidade e tomar as decisões mais condizentes com seus desejos, práticas e projetos de vida, quer dizer, uma perspectiva mais comprometida com os direitos do que com as prescrições.

**AGRADECIMENTOS:** A pesquisa de doutorado, que deu origem a este artigo, foi financiada pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a qual agradeço publicamente.

## REFERÊNCIAS

ALIANÇA, H. **Série trabalhando com homens jovens**. Promundo; Salud y Género; ECOS; Instituto PAPAI. Rio de Janeiro: Promundo, 2009.

ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cad.Saúde Pública**, v. 19, sup. 2, p. 465-469, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/q9MctdsGhp3QSKspjfPt5Rx/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1990.

BALL, M. El esencialismo visual y el objeto de los estudios visuales. **Journal of Visual Culture**, v. 2, n. 1, p. 5-32, abr. 2003. DOI: 10.1177/147041290300200101. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/147041290300200101>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BONINO, L. Los varones hacia la paridad en lo doméstico: discursos sociales y prácticas masculinas. In: SÁNCHEZ-PALENCIA, C.; HIDALGO, J.C. (Ed.). **Masculino plural**: Construcciones de la masculinidad. Lérida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2011.

BRAGA, K.; CAETANO, M.; RIBEIRO, A. A educação e o seu investimento heteronormativo curricular. **Momento - Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 27, n. 3, p.12-29, 2019. DOI: 10.14295/momento.v27i3.8348. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8348>. Acesso em: 20 set. 2021.

BROWN, J. L. **Derechos sexuales y reproductivos**: teoría, política y espacio público. Buenos Aires: Teseo, 2011.

CORRÊA, S.; PETCHESKY, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p.147-177, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/K7L76NSSqymrLxfsPz8y87F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2021.

ERA UMA VEZ OUTRA MARIA. Produção: Jah Comunicações. Realização: Projeto M. São Paulo: Projeto M, 2008. 1 DVD (20 min.) DVD, son., color.

ESTEBAN, M.P.S. **Pesquisa qualitativa em educação**: fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório mortes violentas de LGBT no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

HELLER, A.; FEHER, F. **Biopolítica**: la modernidad y la liberación del cuerpo. Barcelona: Península, 1995.

HERNÁNDEZ, F. **Catadores da cultura visual**: proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LAGO, M. C. S. *et al.* Difícil falar do agora. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-6, jun. 2019. DOI: 1590/1806-9584-2019v27n265596. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/hBRWhYsVjRQVDnHshFHK34v/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2021.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1999.

MINHA VIDA DE JOÃO. Produção: Jah Comunicações. Realização: Projeto H. São Paulo: Projeto H, 2006. 1 DVD (23 min.) DVD, son., color.

POLICARPO, V. M. N. M. Para lá da heteronorma: subjetivação e construção da identidade sexual. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 541-562, ago. 2016. DOI: 10.1590/1805-9584-2016v24n2p541. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cdjZmNfJ7VBjRnq5ryN5Xmf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

RIBEIRO, P. R. M.; MONTEIRO, S. A. S. Dossiê: Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1254-1264, jul. 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12701. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12701/8337>. Acesso em: 05 out. 2021.

ROSE, D. Análise de imagens em movimento. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCOTT, J. W. Relendo a história do feminismo. *In*: SCOTT, J. W. **A cidadã paradoxal: as feministas e os direitos do homem**. Tradução Elvio A. Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SOARES, Z. P.; MONTEIRO, S. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, Curitiba, - SP - v.35, n.73, p.287-305, fev. 2019. DOI: 10.1590/0104-4060.61432. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KMSmJfk43rKWcRNHWHfWsfC/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. *In*: VENTURI, G.; RECAMAN, M.; OLIVEIRA, S. (org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TRAFÍ-PRATS, L. Para una formación del profesorado basada en el cosmopolitismo: curriculum derivativo y posibilidades de exploración indirecta de la subjetividad. *In*: OLIVEIRA, M.; HERNÁNDEZ, F. (org.). **A formação do professor e o ensino das artes visuais**. Santa Maria: UFSM, 2014.

VIANNA, A.; LACERDA, P. **Direitos e políticas sociais no Brasil: mapeamento e diagnóstico**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

VIANNA, C. P. **Estudos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: as ações coletivas aos planos e programas federais**. 2011. 253 p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2011.

### Como referenciar este artigo

TORRES, T. L. M. Gênero, sexualidade e educação de jovens em materiais didáticos brasileiros. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1114-1128, abr./jun. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i2.14553>

**Submetido em:** 23/12/2020

**Revisões requeridas em:** 02/01/2022

**Aprovado em:** 27/02/2022

**Publicado em:** 01/04/2022